

Mensagens católicas sobre os judeus no Rio Grande do Sul durante a Era Vargas

CRISTINE FORTES LIA*

Ao longo das décadas de 1930 e 1940 é possível observar uma série de pronunciamentos na imprensa gaúcha sobre a presença judaica no Rio Grande do Sul. Esse período não corresponde ao da imigração judaica para o referido estado, mas é marcado por algumas particularidades, como as intenções governamentais de combater determinadas comunidades imigrantes (entre elas a judaica) e a necessidade por parte do grupo judaico de garantir cotas de entrada para o Brasil de refugiados de guerra. Além disso, nessa época fica bastante evidente os deslocamentos dos imigrantes judeus para os centros urbanos, em especial, para Porto Alegre.

Vários setores da sociedade vieram a público para expressarem seus sentimentos com relação a este grupo que numericamente crescia na capital gaúcha. Alguns demonstravam alguma satisfação pela maneira “ordeira e patriótica” que esses indivíduos evidenciavam na sua comunidade. A maioria, no entanto, repudiava a presença judaica no estado e elencava inúmeros motivos para sua insatisfação. Nas páginas dos periódicos que circularam nestas décadas é fácil identificar as declarações de insatisfação com estes imigrantes/migrantes. A Igreja Católica se fez presente de forma significativa nestas declarações de repúdio.

Os imigrantes judeus não vieram para o Rio Grande do Sul com o objetivo de se instalarem em zonas urbanas. Pelo contrário, o projeto de imigração judaica para o sul do Brasil foi calcado na ideia de consolidação de colônias agrícolas. Esses núcleos agrícolas, fundados na primeira década do século XX, tinham como objetivo promover melhorias na qualidade de vida dessas pessoas – muito perseguidas no continente europeu – permitindo seu estabelecimento em terras brasileiras.

O inevitável fracasso do projeto não tardou a acontecer; não acostumados a viver em zonas rurais e despreparados para atividades de cultivo da terra, os judeus instalados nas colônias agrícolas começaram a migrar para áreas urbanas. A cultura da comunidade judaica é alicerçada num modo de viver que remete a espaços urbanos.

* Doutora em História – PUCRS. Professora na Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Essa mobilidade interna pelo Rio Grande do Sul conduziu a maioria destes migrantes para Porto Alegre, onde (em especial, o grupo achquenazin) forma o bairro Bom Fim.

Dessa mobilidade interna decorrem inúmeros pronunciamentos contra a comunidade judaica, que começa a ser vista como incapaz de prosperar nas terras que lhe fora dada. A visibilidade na capital do estado também amplia a observação sobre os mesmos e proliferação de ideias sobre os benefícios e/ou malefícios de sua presença na região. Aliado a isto está o próprio papel do Estado que ambicionava imigrantes que fossem agricultores, aliás, no período de Getúlio Vargas o bom imigrante era sinônimo de bom agricultor.

A política de Vargas também não nutria simpatia por imigrantes de uma forma generalizada, mas destacava aqueles que menos se enquadravam nas necessidades imigratórias do país. E os judeus estavam entre aqueles mais desnecessários, os considerados inassimiláveis. Vários setores da sociedade, então, se mobilizam para promover propaganda contra a permanência destes indivíduos e apelando para impedir a entrada de novos imigrantes judeus no Brasil. Ao lado disso, está a necessidade da comunidade judaica de ampliar as cotas para os refugiados da Europa, dado o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

A Igreja Católica, então, evidencia a pertinência do momento e vai publicamente justificar sua posição “conservadora” e adverter a sociedade sobre os perigos da manutenção desta comunidade próxima ao povo brasileiro e gaúcho. Mesmo no período da Guerra a Igreja consolidava sua postura de apoio a política anti-semita do governo Vargas. Importante destacar que as notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, que circulavam no Brasil, não revelavam a totalidade da extensão do conflito.

Por um longo período, desconhecia-se o holocausto imposto à população judaica na Alemanha, e mesmo quando se fazia referências à política racista do regime nazista contra os judeus, não se contemplava a violência e o extermínio que estavam acontecendo. Interessantemente, em muitos periódicos do período é possível observar que a população católica era identificada como a parcela perseguida na nação alemã, transformando o racismo nazista em um sentimento anti-católico.

Por muito tempo, as notícias divulgadas nem mesmo mencionavam os judeus como vítimas da ação nazista. Até mesmo algumas das cartas que eram enviadas pelos combatentes da Força Expedicionária Brasileira para suas famílias e posteriormente

eram publicadas na imprensa não falam da perseguição aos judeus (os próprios combatentes relatam, muitas vezes, que desconheciam a perseguição aos judeus e só tomaram ciência dela em solo europeu). Importante ressaltar o extremo controle da censura sobre essas correspondências enviadas pelos combatentes da FEB. As informações eram fiscalizadas não apenas para a divulgação na imprensa, como também para as próprias famílias.

A revista *Notícias para os nossos amigos*, publicação oficial da Ordem Jesuíta, trazia, durante o período de participação do Brasil na Guerra, uma coluna especial sobre a situação dos capelães militares enviados para o solo europeu. Nas cartas enviadas pelos mesmos para a terra natal, não são identificadas referências à situação dos campos de concentração e demais perseguições aos judeus.

Aliás na referida publicação, e em outras da Igreja Católica neste período, como a revista *Unitas*, não evidenciava-se preocupação nem referência aos judeus. Importante destacar que a revista *Unitas* foi um dos órgãos da imprensa católica de maior representatividade durante os anos do Estado Novo. Apresentava-se, nas suas edições, como órgão oficial da Arquidiocese de Porto Alegre, sendo publicada “sob os auspícios do Prelado Metropolitano”. Durante o Estado Novo, a revista fundada em 1914, tornou-se órgão oficial da Província Eclesiástica de Porto Alegre. Entre seus diretores destaca-se o nome do então Cônego Vicente Scherer, responsável pela mesma no período de 1945.

A maior preocupação da revista centrava-se na situação dos padres Jesuítas nos países em guerra, bem como os envios dos mesmos para o campo de concentração de Dachau. Os judeus inexitem no discurso das revistas. Mesmo quando as notícias sobre a Guerra já haviam se intensificado, permanecia uma total negligência por parte das publicações da Igreja Católica com a situação judaica na Europa. Os textos contra a Alemanha nazista destas publicações, muitas vezes, remetem à idéia de que o nazismo era uma doutrina autoritária e anti-católica; desta forma, o anti-semitismo foi silenciado em prol do anti-catolicismo – como se este fosse a preocupação principal do regime de Hitler.

[...] na Alemanha, onde o Estado nazista cerceia a liberdade da Igreja Católica, persegue os adeptos do Cristo, fecha escolas, dissolve associações religiosas, suprime revistas e jornais, onde tudo, enfim, por mais desumano e brutal que seja, se pratica para desviar a infância dos princípios cristãos em que lhe deve ser plasmado o caráter [...] (UNITAS, 1939, p. 329).

Outra grande preocupação, possivelmente a fundamental, estava no comunismo, nos padres Jesuítas mortos ou aprisionados em países comunistas; na divulgação das ações sociais da Igreja para conter o avanço do comunismo no Brasil e no mundo. Essa fobia anti-comunista possibilitou, também, uma identificação inicial entre os interesses católicos e os do nazismo que estava emergindo. Durante a década de 30, antes da divulgação oficial da guerra contra a Alemanha, era comum a publicação de textos em apoio às políticas de Hitler e Mussolini, pelo aparente respaldo religioso e combate ao comunismo que tais políticas se propunham a oferecer. Ignorava-se, ou negligenciava-se, a escalada racista que crescia assustadoramente.

Mussolini, na Itália, reformou sua pátria pelo estado totalitário, tangendo, harmonicamente, as cordas mais sensíveis do coração do seu povo: a latinidade, indo até Rômulo e Remo, e a religião católica, cuja sede se acha em Roma.

Hitler, o grande remodelador da Alemanha, que salvou a sua pátria das garras do bolchevismo, criou o estado totalitário, apelando para o sentimento racial do arianismo e implantando a cruz suástica nas instituições públicas. Os resultados de sua atividade estupenda não só empolgam a Alemanha, mas todo o mundo.

O império germânico quer ser o Estado de um povo cristão. O novo Estado, segundo Hitler, levanta-se em atitude enérgica e combativa contra qualquer movimento ateizante e do liberalismo amoral. Povo cristão é aquele que professa um cristianismo de dogmas determinados e eclesiasticamente organizado¹ (UNITAS, 1933, p. 439).

Não eram apenas as revistas de caráter religioso que revelavam seu apoio à política de Hitler e Mussolini, outras publicações, como os periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, da cidade de Porto Alegre, por exemplo, também manifestavam explícita admiração ao nazi-fascismo, bem como, as publicações da Ação Integralista Brasileira. Outro importante periódico que publicou textos bastante impressionados com as benfeitorias da política hitlerista para a Alemanha foi a *Revista do Globo* (que começou a ser publicada, em Porto Alegre, em 05 de janeiro de 1929, circulando durante 38 anos em todo o estado do Rio Grande do Sul), principalmente no período entre 1933 e 1937.

¹ Destaca-se a atualização da grafia utilizada pela revista em 1933, grafia esta que será sempre atualizada em citações de periódicos do período, por facilitar a leitura e não comprometer a compreensão dos mesmos.

Além da admiração aos regimes ditatoriais da Europa, as publicações da Igreja Católica e seus fiéis do período evidenciavam seu integral apoio à considerada Revolução de 30. Neste sentido, além de mensagens de apoio à revolução em si e ao novo chefe da nação, começam a circular diversos artigos legitimando os interesses do regime de Vargas, em especial daqueles que definiam o verdadeiro povo brasileiro, alertando sobre o perigo de determinadas presenças estrangeiras e, dentro desta perspectiva, o judeu assume lugar de destaque nas publicações.

A revista *Unitas*, em novembro de 1933, antes ainda da concretização do Estado Novo, publicou um longo artigo, sob o título de "O novo Estado e a religião", cujo objetivo principal era consagrar a religião católica como a legítima fé do povo brasileiro, "[...] a única portadora da verdadeira religião" (p.413). Para isso, inicia um trabalho de diferenciação entre o catolicismo e outros credos, todos considerados perigosos para a nação, em especial os não-cristãos, personalizados nos judeus.

Sobre eles foram formuladas todos os tipos de definições depreciativas: "A Rússia bolchevista é criatura do judaísmo [...]. A imprensa e os anúncios, o teatro e o cinema, muitas vezes, transbordam de tendências frívolas e cínicas, envenedoras da alma cristã, criadas e difundidas pelo judaísmo²" (p.415). O artigo também atribui ao Estado a responsabilidade de controlar as vertentes religiosas que se disseminavam no país, devendo inibir severamente a propagação do judaísmo.

Por isso, é grave erro afirmar que todas as religiões sejam igualmente boas, o que equivale a proclamar o paradoxo de que as verdades e os erros de doutrina são iguais entre si e ensinados por Deus. Pela mesma razão, nem o Estado pode admitir a igualdade dogmática dos diferentes credos, ou seja da Igreja Católica e das confissões dissidentes[...].

Ora, o Estado, obrigado, por força de sua finalidade, a cuidar do bem público, da prosperidade da nação, não pode estacar indiferente diante a atuação pernicioso e antisocial do judaísmo. É legítimo direito e grave dever do Estado neutralizar e combater essa influencia dissociativa e deletéria, sobremaneira prejudicial ao indivíduo, á família, á sociedade e á própria organização estatal.

É preciso que nossos governantes e as classes conservadoras se convençam da iminência desse grave perigo social e político e empreguem os meios que a terapêutica moral e a profilaxia nacional, com justiça, lhes aconselharem (UNITAS, 1933, p.413-416).

² As definições sobre o judaísmo apresentadas na revista e acima citadas são parte da obra de Henry Ford, *O judeu internacional*.

O artigo ainda condena a imigração judaica para o Brasil, denominada no mesmo como "o presente grego, o cavalo de Tróia". Em outro artigo da revista *Unitas*, já durante o Estado Novo, em 1940, o catolicismo foi apresentado como a única vertente possível para garantir a paz no país, a assimilação dos elementos estrangeiros através da conversão religiosa garantiria a formação da verdadeira brasilidade, outras doutrinas religiosas não deveriam ser aceitas, e caberia à Lei de Segurança Nacional proteger a nação da infiltração de crenças consideradas perniciosas. "A genuína brasilidade tem e terá a sua firmeza nos ensinamentos de Cristo. O Brasil, herdeiro do glorioso Portugal, construiu sua nacionalidade sobre o catolicismo" (p.218).

Apesar de avaliar a questão religiosa como do alcance da Lei de Segurança Nacional e de considerar os judeus como elementos perniciosos à nação, assegura, em artigo publicado em 1931, que "[...] o Cristianismo, como única e verdadeira religião, reprovava, é verdade, as crenças dos pagãos e judeus, mas nunca aprovou, por princípio, processos violentos contra as convicções religiosas de outros" (p.224-225). Além disso, no mesmo artigo, revela considerar justo o ensino religioso "[...] de todos os credos, de todas as seitas na mais ampla liberdade de consciência" (p.225).

Entretanto, reconhecem a supremacia da população católica sobre a dos demais credos, o que transformaria o catolicismo como o maior transmissor das verdades religiosas. Dois anos mais tarde, em setembro de 1933, um novo artigo da *Unitas* afirmava que era dever do bom brasileiro ser católico. Além de ser católico, o bom e verdadeiro brasileiro também deveria evitar os casamentos mistos e tomar muito cuidado com as mensagens transmitidas pelo cinema.

Durante os anos da década de 30, o cinema foi constantemente apontado pela imprensa brasileira como uma obra perniciosa de organizações judaicas. Interessante observar que a problemática do cinema tinha como objetivo maior a criação de uma imagem negativa para a comunidade judaica - de forma a inibir a imigração e impedir a aceitação da comunidade em terras brasileiras - e não impedir a exibição das "películas".

Os mesmos periódicos que publicavam os anúncios de diversas produções cinematográficas traziam artigos condenando a ação nefasta do cinema para a sociedade. Os judeus foram os responsabilizados por esta ação, por serem os proprietários de quase a totalidade das produtoras de cinema. Dessa forma, aumentavam

as críticas sobre a comunidade judaica que, desprovida da moral cristã, objetivava a destruição dos valores humanitários e a aniquilação da comunidade cristã. A revista *Unitas*, no exemplar do segundo semestre de 1934, reclamava pela necessidade da "higiene espiritual", como um "[...] meio indireto de eugenzar a raça" (p.310). A idéia de eugenia era amplamente defendida pelas publicações da imprensa da época.

A construção de um sentimento contra judeus através da imprensa apoiava-se, em geral, principalmente durante os anos do Estado Novo, nas questões econômicas, apontando-os como usurpadores e inúteis economicamente. Mas, em muitos casos, o apelo anti-semita se construía exclusivamente através de uma motivação de ordem emocional, que envolvia, quase sempre, um confronto de ordem religiosa. Reconstruía-se, então, a imagem de deicidas, de povo que merece castigo, de indignos, hereges, etc. Os textos abaixo correspondem a uma mostra do que a imprensa publicou nessa linha de pensamento.

*Prostrado pela cruz, de peso extraordinário,
O justo percorreu a rua da Amargura.
Sentindo, longo ainda, o cimo do calvário.
O desejado termo à trágica tortura.*

*Parou junto ao portal do ríspido operário
E quis sentar-se ali a arfante criatura;
Mas, Ashaveries, a rir do mártir missionário
Não teve compaixão d'aquela desventura!*

*Impele-o brutalmente e brada-lhe:
Caminha!
Caminha! Cristo ouvindo a voz rude e mesquinha
Voltou sereno o rosto e disse esta verdade:*

*“Caminharás também sem pátria, sem abrigo,
Sem ter em toda terra uma afeição de amigo!
Caminharás judeu por toda a eternidade!
(A OPINIÃO PÚBLICA, 23/09/1911, p. 01)*

.....
.....

Durante a vida terrena de Jesus Cristo, gritaram os judeus: “Não queremos que este seja o nosso rei!” Não admitimos que ele estenda sobre nós o ceptro do seu domínio! Sim, não o quiseram e o pregaram na cruz [...] Nos tempos presentes, repete-se a mesma cena (UNITAS, 1931, p. 90).

O primeiro texto é um poema de Damasceno Vieira, reproduzido no periódico de Pelotas, em 1911, sob o título de “Lenda do judeu errante”. O autor justifica a ausência de uma pátria para os judeus como uma determinação do próprio Cristo, um castigo pela crueldade e indiferença para com os sofrimentos do Criador. Receber imigrantes judeus não seria, então, uma afronta às decisões do próprio Cristo? Como apoiar quem não foi digno de ajudar Jesus, do qual recebeu merecido castigo? Era uma apelo emocional bastante convincente.

A revista *Unitas*, de forma menos poética, mas igualmente voltada para o emocional, pretendia, através da construção de um discurso que remete aos tempos bíblicos, alertar sobre a periculosidade de um grupo – o dos judeus - que, desviado dos verdadeiros valores morais, objetivava neutralizar a cultura cristã no Brasil, inserindo o país num universo da anarquia, da imoralidade e do comunismo. Como podem os assassinos de Cristo fixarem-se em nossas terras? Mesmo que não fossem economicamente inúteis, eram moralmente comprometidos.

Colaborando para essa visão anti-semita, se comparava a comunidade judaica, direta ou indiretamente, a outros grupos de imigrantes. Assim, a imprensa publicava, paralelamente aos ataques à referida comunidade, campanhas que exaltavam determinados grupos e que denegriam a imagem de outros, dos quais os judeus sempre se aproximavam.

Jean Delumeau (1989), em sua obra *História do medo no Ocidente (1300-1800). Uma cidade sitiada*, nos mostra o quanto as concepções sobre os judeus os transformam em verdadeiros “agentes de satã”. Os judeus representam a imagem mais distinta do outro. “Eles são a própria imagem do ‘outro’, do estrangeiro incompreensível e obstinado em uma religião, dos comportamentos, de um estilo de vida diferente daqueles da comunidade que os recebe” (DELUMEAU, 1989, p. 279). Estes “agentes de satã” carregam consigo a definição de ser a nação deicida; o povo responsável pela crucificação de Cristo só pode espalhar o mal e o medo às nações que os recebem. Os princípios analisados por Delumeau (1989) ficam bastante explícitos nos textos publicados por órgãos do catolicismo do estado que buscaram evidenciar o caráter cruel e deicida da comunidade judaica.

Uma das posturas da ação política do período foi a de pregar o “sexo higiênico”, fazendo grande alarde em torno das doenças venéreas. O sexo higiênico era aquele

praticado dentro do casamento. Essa postura foi amplamente defendida pela Igreja Católica, já que o verdadeiro casamento era aquele celebrado pela instituição religiosa acima referida. Estavam fora da prática higiênica do sexo todos aqueles que não contraíssem matrimônio pelos moldes do catolicismo. Com isto, criou-se a idéia de impureza nas práticas sexuais dos não-católicos, dos que “viviam em pecado”. Aliás, segundo Lenharo (1986), judeus, negros e japoneses eram apontados como degenerados sexualmente.

Dessa forma, além de alarmar a população com textos denegrindo a imagem dos imigrantes judeus, a igreja corroborava com múltiplas ideias da política do período, legitimando-se como única vertente religiosa do Brasil. A ambição de única fé legítima em terras brasileiras sempre esteve presente na trajetória do catolicismo. Nas décadas de 1930 e 1940, com as severas críticas da política da Era Vargas contra grupos que destoavam religiosamente, o caminho para estabelecer o combate aos não católicos tornou-se mais amplo para a Igreja Católica.

Em períodos anteriores também demonstrava sua preocupação com a presença dos não verdadeiramente cristãos, mas aliada aos interesses do Estado da época pode expressar com mais clareza seu repúdio a esses grupos. A solidariedade interétnica inexistente entre os grupos de imigrantes do período e também está ausente no discurso de correntes religiosas distintas.

Por mais que os imigrantes judeus se esforçassem em demonstrar que tinham incorporado a cultura local, que estavam nacionalizados, que não eram baderneiros (rótulo que recai sobre vários grupos de imigrantes nesse momento) e nem inúteis economicamente, continuavam sendo apontados como imigrantes desqualificados para os interesses nacionais por serem portadores de uma religião não legítima, que não atendia os interesses da nação. Em vários momentos, destacava-se o efeito nocivo desta mistura religiosa, que estragaria a boa índole o povo brasileiro.

A verdadeira brasilidade se configurava, também, através da crença no catolicismo. E o reforço a essa teoria era dado constantemente pelos pronunciamentos da Igreja Católica que apoiando-se no conservadorismo da política de Vargas buscava consolidar-se como a religião oficial do país.

Referências bibliográficas

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente - 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

Periódicos

A Opinião Pública, Pelotas, 1910 a 1945.

Correio do Povo, Porto Alegre, 1935 a 1945.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 1935 a 1945.

Notícias para nossos amigos, Porto Alegre, 1940 a 1945.

Revista do Globo, Porto Alegre, 1935-1945

Unitas, Porto Alegre, 1930 a 1945.